

## O processo de planejamento urbano no município de Ilhéus, Bahia: ocupação territorial dos bairros e questões ambientais

Jean Lucas Vinhas Medeiros de Carvalho<sup>1</sup>

Ana Maria Souza dos Santos Moreau<sup>2</sup>

Maurício Santana Moreau<sup>3</sup>

### Resumo

O processo de planejamento urbano no município de Ilhéus, Bahia foi analisado nesta pesquisa a partir da configuração da ocupação territorial de seus bairros, levando em consideração os condicionantes ambientais. O presente trabalho objetivou investigar, a partir da divisão político-administrativa, os fatos histórico-geográficos, legislações e intervenções público-privadas que determinaram a reprodução desigual e combinada do espaço geográfico. Compreender como ocorreu tal processo configura-se de fundamental importância, pois, a partir do entendimento das dinâmicas de uso e ocupação do solo, pode-se contribuir para o melhor ordenamento e gestão territorial futura, possibilitando reestruturações socioespaciais que atendam as demandas de sua população. Para o desenvolvimento desta pesquisa, foram utilizadas técnicas de cartografia digital, dados secundários disponíveis em publicações de pesquisadores locais, consultas as legislações municipais pertinentes à temática proposta e análises empíricas. A saga da produção cacaueteira no município (gênese, apogeu e declínio) foi um dos fatores que influenciou na configuração espacial dos bairros. Foram constatados impactos ambientais, ocupações ilegais e crescimento urbano alheio as leis que deveriam nortear a reprodução do espaço geográfico. As intervenções do Estado e da iniciativa privada no município ocorreram de modo a atender parcela seleta da população, gerando segregação socioespacial e zonas com níveis desiguais de desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Ilhéus; Planejamento urbano; Desenvolvimento territorial.

### Abstract

The urban planning process in the city of Ilhéus, Bahia was analyzed in this research from the configuration of the territorial occupation of its neighborhoods, taking into account the environmental conditions. The present work aimed to investigate, from the political-administrative division, the historical-geographical facts, legislation and public-private interventions that determined the uneven and combined reproduction of the geographic space. Understanding how this process

---

<sup>1</sup> Universidade Estadual de Santa Cruz

<sup>2</sup> Universidade Estadual de Santa Cruz

<sup>3</sup> Universidade Estadual de Santa Cruz

took place is of fundamental importance, because, from the understanding of the dynamics of land use and occupation, one can contribute to a better future territorial planning and management, enabling socio-spatial restructuring that meet the demands of its population. . For the development of this research, digital cartography techniques were used, secondary data available in publications by local researchers, consultations with municipal legislation relevant to the proposed theme and empirical analyses. The saga of cocoa production in the municipality (genesis, heyday and decline) was one of the factors that influenced the spatial configuration of the neighborhoods. Environmental impacts, illegal occupations and urban growth outside the laws that should guide the reproduction of geographic space were observed. Interventions by the State and the private sector in the municipality took place in order to serve a select portion of the population, generating socio-spatial segregation and areas with unequal levels of development.

**Keywords:** Ilhéus; Urban planning; Territorial development.

## 1.Introdução

Ilhéus é um município brasileiro do estado da Bahia inserido na região nordeste do Brasil. Popularmente conhecido como a “capital do cacau”, foi fundado em 26 de junho de 1534. Dessa forma, pode ser considerado antigo para os padrões brasileiros. Está inserido na Mesorregião Sul Baiano e na Microrregião de Ilhéus-Itabuna. Possui como municípios limítrofes: Aurelino Leal, Buerarema, Coaraci, Itabuna, Itacaré, Itajuípe, Itapitanga, Una e Uruçuca. Distancia-se da capital, Salvador, em 446 km. Sua população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE em 2021 de 157.639 pessoas está distribuída numa área de 1.585 km<sup>2</sup>, tendo, assim, uma densidade demográfica de 100,89 hab./km<sup>2</sup> (IBGE CIDADES, 2022).

A evolução populacional no município de Ilhéus está principalmente relacionada ao processo de produção do cacau (gênese, apogeu e declínio). Dessa forma, diversos fatores influenciaram na oscilação da quantidade total de habitantes. Associado à expansão demográfica, houve o crescimento da área urbana, fazendo com que esta última, segundo Trindade (2011), se encontre aglomerada em sua porção oeste com o município de Itabuna, Bahia.

Ilhéus está na 13<sup>a</sup> posição no estado da Bahia em relação ao IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), com 0,69, considerado médio, índice de Gini de 0,58, PIB (Produto Interno Bruto) de R\$ 3.842.397.260 e PIB *per capita* de R\$

21.789,59 (IBGE CIDADES, 2022). Segundo o estudo das regiões de influência das cidades (IBGE, 2020), o município está inserido na categoria de “capital regional C” (centros urbanos com alta concentração de atividades de gestão, mas com alcance menor em termos de região de influência em comparação com as metrópoles). Ilhéus possui clima tropical úmido com médias pluviométricas anuais entre 2000 e 2400 milímetros, com chuvas bem distribuídas ao longo do ano, sendo o verão o período de maior precipitação. Possui temperatura média anual em torno dos 25°C (Santana, *et al.* 2003).

Tecendo análises acerca do território e criação de municípios no Brasil, Cigolini (2009) apresentou uma abordagem sobre a compartimentação do espaço. Explicou a criação de municípios como fenômeno resultante da relação sociedade-espaço, tendo a compartimentação como componente estrutural na formação do território, considerando como intrínsecos a ocupação do território brasileiro e a formação de governos locais.

Assim como Ilhéus, que teve seu processo de desenvolvimento significativamente influenciado pelo apogeu e a crise cacauicultora, as transformações na cidade de Barra do Choça, Bahia, após a implantação de outro cultivo agrícola, neste caso o café, foram analisadas por Rocha (2015) a partir da relação cidade-campo. Para a autora, a cafeicultura foi um fator responsável pelo crescimento da cidade e pelo processo migratório no município, possibilitando mudanças socioeconômicas e estruturais.

O contingente populacional tem sido o critério mais aplicado para identificar as cidades médias, que podem ser consideradas aquelas com população a partir de 100 até 500 mil habitantes (Lourenço da Silva, 2013). Nesse sentido, Ilhéus se enquadra nesta categoria. Apresenta relativo grau de avanço em sua economia e infraestrutura, se comparado com os 39 pequenos municípios que compõem a microrregião de Ilhéus-Itabuna, exercendo, portanto, juntamente com o município de Itabuna, bastante influência nas atividades da região. Em pesquisa em outra cidade média baiana, Alves (2014) analisou a influência desta na região Sudoeste da Bahia, nesse caso, Vitória da Conquista. Para ela, a fragilidade e desigualdade na rede urbana regional tornam efetivas a capacidade de cidades médias materializarem-se como polos regionais. Assim como Vitória da Conquista, Ilhéus também possui obstáculos e desafios históricos. Isso por

si só, necessariamente, não se constitui como atraso, mas sim como demandas de aperfeiçoamento social.

Desde a década de 1930, o município de Ilhéus traça planos diretores com vistas ao melhor ordenamento da cidade: Plano Da Rin, 1933; Plano Queiroz, 1936; O Plami, 1969; Plano Prochinik, 1977; O PUB, 1979 (revisado em 2001 para adequar-se ao Estatuto da Cidade); e o PDPI, 2006 (Oliveira, 2008). Também, o decreto n. 12 de 11 de março de 2022 instituiu o processo participativo de revisão do plano diretor do município de Ilhéus (ILHÉUS, 2022). Em 5/5/2022 realizou-se audiência pública para discutir novo Plano Diretor.

Foi iniciado no dia 30/5/2022 o ciclo de oficinas do processo de revisão do Plano Diretor Participativo, onde 17 atividades distribuídas pelos distritos e sede foram realizadas. Foi aberto consulta pública do processo de revisão do Plano Diretor Participativo para colher contribuições da população através de questionário, o qual ficou disponível para preenchimento até 19/6/2022. A Universidade Estadual de Santa Cruz – Uesc, através do Departamento de Ciências Econômicas, realizou no dia 13/7/2022 o seminário “PLANO DIRETOR DE ILHÉUS: que cidade queremos?”. Nesse evento realizado no auditório Jorge Amado na instituição, foram discutidos assuntos técnicos e científicos relacionados a construção de um Plano, enfatizando a elaboração do novo Plano Diretor de Ilhéus.

Apesar do exposto, há inobservância na aplicação e fiscalização dos últimos Planos Diretores. Espera-se que com o processo participativo na construção do novo Plano, tanto por parte da população em geral quanto de instituições de nível superior, esse quadro mude. Tendo esta premissa como ponto de partida, o presente trabalho objetivou investigar, a partir da divisão político-administrativa, os fatos histórico-geográficos, legislações e intervenções público-privadas que determinaram a reprodução desigual e combinada do espaço geográfico ilheense.

## **Metodologia**

Para as técnicas de cartografia digital, foi utilizado o sistema de coordenadas geográficas Sirgas 2000, projeção transversa de Mercator e bases

cartográficas da SEI-BA (2016) e Esri (2021). Os principais dados secundários disponíveis em publicações de pesquisadores locais utilizados como embasamento teórico para esta pesquisa pautaram-se nos trabalhos de Pinto e Moreira (2022), Almeida e Moraes (2009), Vidal (2009), Barbosa, Gomes e Moraes (2009), Nunes, Moreau e Fontes (2004), Moreira (2005), Martins (2007), Coelho Santos e Oliveira Santos (2021) e Martins e Wanderley (2009).

Também, dados secundários do IBGE Cidades (2022) foram utilizados para análises disponíveis acerca da área em estudo. Baseado na experiência e na observação, as investigações empíricas foram realizadas por meio de imagens de satélites disponíveis de forma gratuita no *software* Google Earth e através de fotografias panorâmicas convencionais registradas pelos autores em campo. As análises dos fatos histórico-geográficos ocorridos em Ilhéus pautaram-se no painel histórico do IBGE Cidades (2022).

## Resultados e discussão

Com o intuito de facilitar o entendimento de como ocorreu o desenvolvimento histórico-geográfico do município de Ilhéus, Bahia, do ponto de vista político-administrativo, foi elaborado o **Quadro 1**, sintetizando os fatos sociais ocorridos de 1500 a 2014.

**Quadro 1:** Série temporal dos fatos histórico-geográficos ocorridos em Ilhéus, Bahia (1500-2014)

<b>ANO</b>	<b>FATO</b>
1500	“Descobrimento do Brasil”.
1534	Doação da Capitania de São Jorge dos Ilhéus ao fidalgo português Jorge de Figueiredo Correia.

1535	<p>Chegada da caravana do capitão-mor espanhol Francisco Romero com os primeiros colonos à Capitania.</p> <p>Elevação à categoria de vila com a denominação de Ilhéus.</p>
1537	<p>Doação da Sesmaria do Engenho de Santana a Mem de Sá.</p>
1551	<p>Com a morte do donatário Jorge Figueiredo Correa, o filho mais novo, Jerônimo de Alarcão de Figueiredo, conseguiu licença para vender a capitania a Lucas Giraldes.</p>
1556	<p>Criação do Distrito com a denominação de Ilhéus.</p>
1565	<p>Falecimento de Lucas Giraldes. A Capitania passa para o seu filho, Francisco Giraldes.</p>
1588	<p>Francisco Giraldes foi nomeado Governador do Brasil.</p>
1589	<p>Morte de Francisco Giraldes. Sua filha Maria Giraldes assume a Capitania.</p>
1620	<p>Maria Giraldes perde a Capitania por conta da contração de muitas dívidas.</p>
1746	<p>Plantação da primeira muda de cacau em Canavieiras, Bahia, por Antônio Dias Ribeiro.</p>
1760	<p>Criação da Comarca de Ilhéus.</p>
1818	<p>Os suíços Pedro Weyll e Saneraker adquiriram terrenos em Ilhéus.</p>
1822	<p>Os suíços Pedro Weyll e Saneraker trazem cerca de 160 colonos alemães para a região.</p>
1870	<p>Um núcleo de imigrantes do Norte do Brasil foi fundado à margem do Rio Cachoeira.</p>
1881	<p>Elevação à condição de cidade e sede do município com a denominação de Ilhéus, pela Lei Provincial n.º 2.187 de 28-06.</p> <p>Instalação em 14/08.</p>
1911	<p>O município é constituído do distrito sede.</p>

1912	Sanção da Lei Estadual n.º 905 em 6/11.
1920	O município é constituído de 2 distritos: Ilhéus e Banco do Pedro.
1933	Criação dos distritos: Água Preta, Aritaguá, Banco Central, Cachoeira de Itabuna, Castelo Novo, Limoeiro, Itacaré, Itapitanga, Japú, Olivença, Pimenteira, Pirangi, Pontal, Rio do Braço e União Queimada.
1938	O distrito de Cachoeira de Itabuna passou a denominar-se Primavera, Limoeiro a chamar-se Morro Redondo e Itacaré tomou o nome de Guarací.
1944	Água Preta passou a denominar-se Uruçuca; Primavera mudou para Banco da Vitória; Morro Redondo tomou o nome de Barro Preto; Pirangi passou a chamar-se Itajuípe; Pontal foi modificado para Pontal dos Ilhéus e Guarací passou a ter o nome de Coaraci.
1952	É desmembrado do município de Ilhéus os distritos de Itajuípe e Barro Preto, para formar o novo município de Itajuípe. É desmembrado do município de Ilhéus o distrito de Coaraci. Elevado à categoria de município. É desmembrado do município de Ilhéus o distrito de Uruçuca. Elevado à categoria de município.
1953	É criado o distrito de Coutos (ex-povoado) com terras desmembradas do distrito de Pontal e anexado ao município de Ilhéus.
1960	É desmembrado do município de Ilhéus o distrito de Itapitanga. Elevado à categoria de município.
1974	Criação do Distrito Industrial do Iguape.
1982	É criado o distrito de Sambaituba (ex-povoado) e anexado ao município de Ilhéus.
2014	O município é constituído de 10 distritos: Ilhéus, Aritaguá, Banco Central, Castelo Novo, Coutos, Inema, Japu, Olivença, Pimenteira e Rio do Braço.

**Fonte:** Elaborado pelos autores com base no painel histórico do IBGE Cidades (2022).

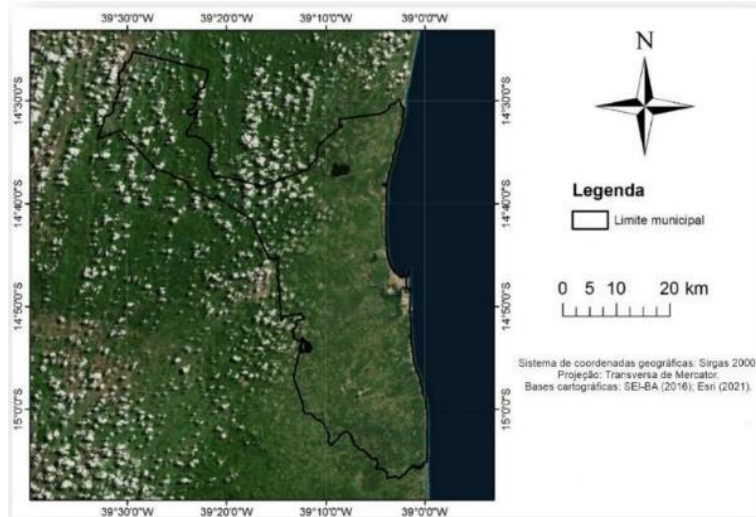
A Capitania de São Jorge dos Ilhéus, a princípio, foi doada, chegando as primeiras caravanas de ocupação um ano após, elevando-se a categoria de vila e, posteriormente, criando-se distritos. Nesse período, os donos das terras ilheenses administravam o território através da posse hereditária. A evolução populacional ao longo dos anos, a dinâmica econômica e os desmembramentos político-administrativos influenciados pela cultura da lavoura cacaueteira na região, acarretaram mudanças no uso do território.

Os processos histórico-geográficos oriundos da cultura do cacau na região (gênese, apogeu e declínio), configuraram importante influência na modificação político-administrativa do território ilheense. Por conta desse contexto, Ilhéus é conhecida como a capital do cacau. Os primeiros plantios dessa cultura no município ocorreram em 1752. Em 1987 a produção brasileira de cacau era de 400.000 toneladas por ano. Com a chegada da "vassoura-de-bruxa" (tipo de doença ou sintoma de plantas em que ocorre um desenvolvimento anormal do tecido) em 1989 a produção nacional caiu para 100.000 toneladas por ano. Na região sul da Bahia, o faturamento anual com o cacau chegou a ser de aproximadamente US\$ 1,5 bilhão por ano. Com as doenças e a baixa do preço internacional do produto, o faturamento caiu para menos de US\$ 70 milhões por ano. Com o declínio do cacau, mais de 2,5 milhões de pessoas ficaram prejudicadas com o enfraquecimento dessa cultura na Bahia (Andrade; Rocha, 2005; Costa, 2012).

Ao longo de seu desenvolvimento, a divisão político-administrativa do município de Ilhéus, Bahia passou por modificações. A última atualização da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI-BA) ocorreu em 10 de maio de 2016, ficando demarcado conforme apresentado na **Figura 1**.



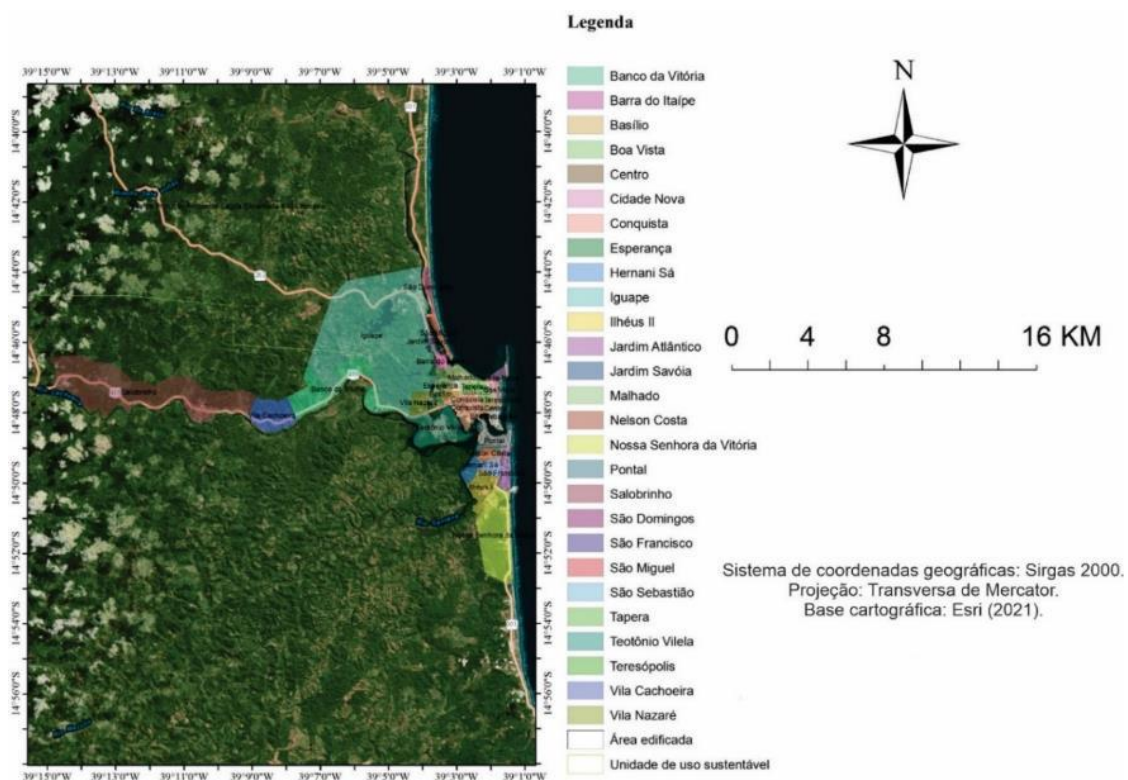
**Figura 1:** Novo limite territorial do município de Ilhéus, Bahia (2022)



**Fonte:** Elaborado pelos autores (2022).

Com o intuito facilitar o entendimento da configuração espacial atual de Ilhéus, foi confeccionado o mapa de seus bairros, conforme apresentado na **Figura 2**.

**Figura 2:** Espacialização dos bairros, Ilhéus (2022)



**Fonte:** Elaborado pelos autores (2022).

A rodovia Jorge Amado que corta os bairros Salobrinho, Vila Cachoeira, Banco da Vitória, até chegar ao centro, foi uma estrutura construída para atender as demandas de escoamento da produção de cacau do interior da região para o porto de Ilhéus. O bairro Salobrinho foi implantado ao longo dessa rodovia, às margens do rio Cachoeira, limitando-se a oeste ao município de Itabuna, Bahia. A porção central do bairro, onde encontra-se a maior parte das residências, era uma antiga área de fazenda de cacau. Com a crise da lavoura cacauera, essa localidade foi invadida e, após diversos processos histórico-geográficos e político-administrativos, enfim, o bairro foi legalizado pelo poder público municipal.

Os bairros de São Domingos, São Miguel, Jardim Savóia e parte do Iguape estão inseridos na Área de Proteção Ambiental (APA) Lagoa Encantada e Rio Almada. Essa APA foi criada através do Decreto Estadual nº 2.217/93 de 14 de junho de 1993, ampliado pelo Decreto Estadual nº 8.650 de 22 de setembro de 2003, zoneado pelas resoluções Cepam Lagoa Encantada 1998 e Cepam nº 2.989 de 2002, com plano de manejo aprovado em 1998 e atualizado em 2002

(INEMA, 2022). Os bairros Salobrinho, Vila Cachoeira, Banco da Vitória, Teotônio Vilela, São Sebastião e Pontal, encontram-se em áreas de preservação ao longo do curso do rio Cachoeira, nos manguezais e nos estuários.

O processo de crescimento urbano desigual e combinado, juntamente com os impactos (positivos e negativos) socioeconômicos e ambientais e o decréscimo populacional das últimas décadas, foram os principais fatores que provocaram reestruturação territorial no município de Ilhéus, Bahia.

Dos 417 municípios da Bahia, Ilhéus é o 9º mais populoso, segundo estimativa do IBGE para 2021 (IBGE CIDADES, 2022). As estimativas populacionais municipais são utilizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e servem de parâmetro para calcular e definir o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), podendo acarretar queda (caso haja decréscimo de habitantes) ou aumento (com o crescimento da população) na arrecadação. Os prefeitos podem contestar judicialmente os números do IBGE.

Fatores que podem justificar a queda da população ilheense nos últimos anos são: diminuição das taxas de natalidade e fecundidade (IBGE CIDADES, 2022); migração da população (Queiroz *et al.*, 2020); e aumento da taxa de mortalidade (IBGE CIDADES, 2022).

Demandas emergentes da população ilheense atreladas a má gestão e planejamento do uso e ocupação do solo, ocasionaram desordem e impactos negativos nas estruturas socioambientais. Teoricamente, quanto menor for a população de um município, grosso modo, mais facilitado deveria ser seu planejamento em relação à distribuição de seus habitantes através do correto uso da terra. De 1996 para 2021, o município perdeu mais de 80 mil habitantes (IBGE CIDADES, 2022). Esse declínio representa populações inteiras dos pequenos municípios inseridos na microrregião de Ilhéus-Itabuna. Essa queda não colaborou para a facilitação das resoluções dos problemas de planejamento para que os bairros fossem legalmente instituídos em áreas adequadas levando em consideração os condicionantes ambientais.

Uma das obras mais recentes e significativas inauguradas pelo governo do estado da Bahia foi a ponte estaiada de Ilhéus, denominada de Jorge Amado, construída no estuário do rio Cachoeira, interligando o centro da cidade ao bairro Pontal, nas proximidades da praia do Cristo, como demonstrado na **Figura 3**.

**Figura 3:** Ponte estaiada Jorge Amado, Ilhéus (2022)

**Fonte:** Imagem obtida através do Google Earth (2022); Elaborado pelos autores (2022).

**Legenda:** A: Imagem de satélite da ponte Jorge Amado no estuário do rio Cachoeira;  
B: Fotografia panorâmica da ponte Jorge Amado vista do bairro Pontal.

Pode-se observar na **Figura 3** o estuário do rio Cachoeira, uma região frágil, importante e bastante dinâmica do ponto de vista ambiental. Os estuários possuem importância ecológica por fornecerem alimentos e *habitat* a uma gama muito grande de organismos com papel determinante na cadeia alimentar marinha (Divino, 2015). Foi exatamente nessa área de fragilidade ambiental que a ponte Jorge Amado foi construída. Cabe ressaltar que essa localidade já era ocupada antes da construção da ponte.

Os pontos e contrapontos do planejamento urbano municipal, após a inauguração da ponte Jorge Amado, apenas poderão ser analisados de forma mais aprofundada em longo prazo. Porém, em trabalho de Aquino e Silva e Zorzo (2018), em contexto semelhante ao da nova ponte de Ilhéus, os autores já apontaram uma reconfiguração do território e da rede urbana com a construção da ponte Salvador-Itaparica, o que também já vem ocorrendo em território ilheense. Esses autores constataram uma recentralização do papel urbano de Salvador e da Baía de Todos os Santos, gerando impactos na economia e

trazendo novas oportunidades imobiliárias e produtivas, o que, também, vem sendo constatado, principalmente, na zona sul de Ilhéus.

A partir da inauguração da ponte estaiada Jorge Amado, muitos empreendimentos estão em curso na zona sul de Ilhéus. Governos “progressistas” que administraram o território municipal nos últimos anos, negligenciaram as lutas sociais por melhores políticas públicas, acarretando degradação ambiental pela busca do “desenvolvimento”, agindo conforme os sujeitos hegemônicos locais determinaram, e, em alguns casos, atuando à margem da legislação. Nesse sentido, a localização de alguns empreendimentos, por exemplo, merece atenção do ponto de vista ambiental, pois se encontram próximos a Formação Barreiras, em áreas de preservação e às margens da linha de costa. Nessas áreas, a legislação ambiental é mais rígida. Apesar disso, alguns empreendimentos avançam sobre essas localidades, como observado na **Figura 4**.

**Figura 4:** Terreno na zona sul onde foi construído uma rede de atacado de autosserviço e empreendimento de loteamento em condomínio, Ilhéus (2022)



**Fonte:** Imagem obtida através do Google Earth (2022); Elaborado pelos autores (2022).

**Legenda:** A: Área de Mata Atlântica; B: Área de topo de morro; C: Área de Restinga; D: Erosão na encosta.

Na **Figura 4**, na área destacada como “A”, observa-se a má utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006 (Brasil, 2006); na área “B” a inobservância das Áreas de Preservação Permanente – APP em topos de morros, embasando-se no novo Código Florestal Brasileiro, lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Brasil, 2012); na área “C” o uso ilegal das restingas baseando-se em Brasil (2006; 2012). Na área “D” foi verificado em campo o início do processo erosivo em uma encosta, ocasionado pelo corte vertical do morro, onde lonas improvisadas foram utilizadas para conter a erosão. No topo dessa última área, foi construído um mirante e pertence ao empreendimento de loteamento localizado a oeste da rede de atacado implementada no entorno.

A partir das análises das áreas “A”, “B”, “C” e “D” apresentadas anteriormente na **Figura 4** e embasamento através dos documentos legais que deveriam nortear o uso da terra nessas localidades, constata-se que a legislação ambiental, o governo local e os órgãos fiscalizadores não estão em consonância com o adequado uso e ocupação do solo nessa região.

Formalmente, o uso do espaço público está subscrito nas políticas das cidades, de forma elementar e formalizado a partir do Plano Diretor Urbano, obrigatório a todos os municípios com mais de 20 mil habitantes, segundo o artigo 182 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (Brasil, 1988). Como já mencionado na introdução desta pesquisa, o Plano Diretor Participativo de Ilhéus (PDPI) foi instituído pela Lei nº 3.265/2006 e ao longo de 2022 está sendo realizada a sua revisão. Porém, até sua aprovação final, a lei nº 3.265, de 29 de novembro de 2006 (Ilhéus, 2006), o plano municipal de conservação e recuperação da Mata Atlântica de Ilhéus (Orlando; Cunha, 2012) e a lei nº 3.746, de 09 de outubro de 2015 (Ilhéus, 2015) são os principais instrumentos da política de desenvolvimento aplicável a todo o território e referência obrigatória para os agentes públicos e privados que atuam no município.

A lei nº 3.265, de 29 de novembro de 2006 (Ilhéus, 2006) apresenta as diretrizes da política urbana para garantir a função social da cidade e da propriedade urbana, bem como da gestão democrática e a sustentabilidade, elevando a qualidade do ambiente urbano, por meio da proteção, preservação e não poluição do meio ambiente natural e construído do patrimônio histórico, artístico, cultural, urbanístico, arqueológico e paisagístico.

O plano municipal de conservação e recuperação da Mata Atlântica de Ilhéus (Orlando; Cunha, 2012) apontou que o uso e ocupação do solo no município não ocorreu de forma sustentável e planejada. O estudo constatou que não houve a interconexão entre planejamento, desenvolvimento, fiscalização e punição, acarretando num crescimento urbano desordenado. Como estratégias e ações, o documento sugeriu que se promova, com a participação da sociedade, a revisão do Plano Diretor, levando em conta todo o território municipal, estruturando programas de habitação para reassentamento das populações atualmente residentes em APP, dentre outras ações.

A lei nº 3.746, de 09 de outubro de 2015 (Ilhéus, 2015) dispõe sobre o uso e a ocupação do solo no município de Ilhéus, a outorga onerosa do direito de construir, a regularização de obras de construção executadas em desacordo com a legislação urbanística e edilícia vigente, a regularização em regime especial e as construções existentes antes da publicação dessa lei. Uma das diretrizes que disciplina o uso e ocupação do solo, objetiva ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante o planejamento no município, a distribuição espacial da população e as atividades econômicas do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente.

O exemplo do processo de produção e apropriação da natureza pelos agentes produtores do espaço urbano apresentado na **Figura 4**, não atendeu os documentos legais, evidenciando a lacuna existente entre o planejamento e a produção do espaço. O [...] "direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida [...]" (Brasil, 1988, p. 126) no município geram embates, desafios e incertezas dos sujeitos socioambientais. A apropriação da gestão do território pelo público-privado, contrasta o aspecto formal e o real, havendo disputas e interesses na produção do espaço geográfico, muitas vezes, alheios às legislações vigentes.

Contando com as contribuições de Milton Santos e Silveira (2001) que afirmam que os espaços luminosos são aqueles que mais acumulam densidades técnicas e informacionais, ficando assim mais aptos a atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização e por oposição, os subespaços onde tais características estão ausentes seriam os espaços opacos, foram evidenciados empiricamente tais características de níveis desiguais de desenvolvimento das/nas zonas ilheenses.

Em campo percebeu-se o crescimento urbano desigual e combinado da orla norte, do bairro Pontal ("divisor" das zonas norte e sul do município) e da orla sul de Ilhéus. Na orla norte, em algumas áreas, foram detectados esgotos a céu aberto sendo despejado diretamente no mar, com a presença de urubu-preto (*Coragyps atratus*) nessa localidade; ocupações subnormais em áreas com infraestrutura urbana precária; processo de eutrofização no estuário do rio



Almada; erosão marinha; ausência de sinal de telefonia móvel etc. No bairro Pontal foram constatados empreendimentos imobiliários de alto padrão (na planta, em construção e prontos para morar). Na orla da zona sul evidencia-se o maior padrão/tendência de desenvolvimento na cidade com investimentos que legitimam tal perspectiva, tais como: inauguração da ponte estaiada Jorge Amado e infraestruturas do entorno; duplicação de um trecho de 5,4 quilômetros da BA-001, que liga as praias do sul de Ilhéus ao entroncamento com a BR-251; inauguração de restaurantes; lançamento de loteamentos em condomínios de alto padrão; serviços de saúde; clubes de recreação; órgãos governamentais; faculdades; resorts; serviços de turismo; cabanas de praia dotadas de melhores infraestruturas; postos de combustíveis; redes atacadistas etc.

Devido à forma como a própria urbanização brasileira cria desigualdades nos espaços urbanos, a segregação socioespacial denota não somente à não execução do planejamento, mas, principalmente, o desenvolvimento desigual e combinado em Ilhéus. Nesse sentido, a gestão de riscos/conflitos acaba tornando-se produto desse contexto. Por isso, os desafios para uma análise holística são muitos e devem gerar subsídios e respostas com aplicabilidade.

Transpondo os pressupostos expressos nos documentos legais *a priori* elencados nesta pesquisa, outros trabalhos já identificaram impactos ambientais em áreas do município, como, por exemplo, nos manguezais da zona urbana (Fidelman, 1999a); causados por tensores de origem antrópica no sistema estuarino do rio Santana (Fidelman, 1999b); relacionados ao turismo de segunda residência na Ponta da Tulha (Sena; Queiroz, 2006); oriundos da crise da lavoura cacaueteira nos ecossistemas de manguezal (Martins, 2007); e devido às intervenções antrópicas no manguezal do rio cachoeira (Martins, 2008).

Também, o Morro do Alto do Amparo foi uma área analisada em trabalho de Barbosa, Gomes e Moraes (2009) e diagnosticado como área de risco a escorregamento no município. Ainda, como apontado na pesquisa de Franco (2008), houve registros de ocorrências de movimentos de massa em algumas localidades de Ilhéus, tais como: Alto da Esperança, Alto do Teotônio Vilela, Avenida Canavieiras, Avenida Itabuna, Alto do Coqueiro, Basílio, Tapera, Alto de São Sebastião, Avenida Osvaldo Cruz, Conquista, Alto da Gamboa, Alto dos Rombudos, Malhado, Avenida Antônio Carlos Magalhães, Avenida Princesa

Isabel e Avenida Ubaitaba. Também, ocupação desordenada nas áreas de encostas e manguezais no bairro Princesa Isabel foi identificada na pesquisa de Nascimento e Nunes (2012).

Os fatores determinantes na distribuição da população constatados ao longo da história das cidades brasileiras foram os aspectos físicos ou naturais, os condicionantes históricos e as características econômicas (Fernandes, 2012). A partir do evidenciado na presente pesquisa, através da confecção do mapa apresentado na **Figura 2**, pode-se analisar que, a ocupação em Ilhéus ocorreu semelhante à das cidades brasileiras: ao longo de rodovias (influência histórico-econômica), rios e próximos a costa (influência dos aspectos físicos). A maioria dos bairros de Ilhéus localiza-se no contato direto com o litoral. Os sucessivos desmembramentos em conjunto com os desdobramentos e políticas de usos do território e formação do município, levaram a configuração/distribuição espacial atual de seus bairros.

### **Considerações finais**

Diversas são as contribuições da ciência geográfica para o planejamento das cidades, sobretudo referente a sua dimensão espacial e a conflitos socioambientais. O processo de planejamento urbano no município de Ilhéus, Bahia no tocante à ocupação territorial dos bairros e questões ambientais apresentados nesta pesquisa, evidenciou impactos antropogênicos significativos em seu território. O município foi e é produzido espacialmente através das formas, funções, estruturas e processos ocorridos em virtude da apropriação do espaço pelos sujeitos que o produz (Estado, iniciativa privada e população). Evidenciou-se que a relação desses agentes e o meio, causou uma série de impactos devido à não execução dos estudos de planejamento já realizados. A contribuição desses estudos para o melhor ordenamento e gestão territorial configura-se de fundamental importância, pois, desde a criação do município, houve compartimentação e reestruturação na formação de seu território, onde a ocupação e o crescimento urbano desigual e combinado são vistos como fenômenos intrínsecos de seu processo histórico-geográfico.

Não há escassez de documentos norteadores para o planejamento que

enfrentem a problemática do uso e ocupação irregular do solo em Ilhéus. De fato, tem-se falta de mobilização da sociedade civil organizada, dos órgãos fiscalizadores e dos gestores públicos para que os conteúdos desses documentos possam ser legitimados de maneira eficaz na prática. O crescimento urbano desigual e combinado no município, demonstrou não somente as influências do sítio, que definiu tanto barreiras geográficas como áreas preferenciais para a expansão, mas também o papel das políticas públicas e a ação da iniciativa privada, que atuaram no sentido de direcionar o processo de ocupação, muitas vezes contrariando a própria lógica estabelecida pelo sítio e pelos documentos que deveriam nortear seu desenvolvimento.

Dentre muitas complexidades socioambientais, loteamentos na zona sul do município surgem desmembrados da mancha urbana consolidada, bairros são instalados em áreas de risco e há ocupações irregulares em áreas de preservação. O uso irregular da terra evidenciou a não execução do planejado. Isso se deve, dentre outros fatores, a herança colonial e a saga da cultura do cacau em Ilhéus, as quais deixaram marcas resistentes até os dias atuais, concretizando em seu território as relações antagônicas de poder.

Constatou-se crescimento urbano desigual e combinado, gerando segregação socioespacial. Os fatores determinantes na distribuição da população foram os aspectos físicos ou naturais (proximidade de cursos d'água, relevo, disponibilidade de recursos naturais etc.), os condicionantes históricos relacionados a produção cacaueteira no município e as instabilidades econômicas cíclicas.

Por fim, um fato que merece pesquisas futuras mais aprofundadas, é a análise do decréscimo populacional concomitante ao aumento de empreendimentos imobiliários nos últimos anos em Ilhéus, principalmente a partir do bairro Pontal em direção à zona sul, configurando um paradoxo em relação a lógica de mercado referente a lei da oferta e demanda, gerando especulação imobiliária.

## Referências

ALVES, R. de C. O. L. **A influência de uma cidade média do Sudoeste da Bahia**: o caso de Vitória da Conquista. 2014. 433 f. Tese (Doutorado em

Geografia) - Facultad de Geografía e Historia, Universitat de Barcelona, Barcelona, 2014.

ALMEIDA, A. de C.; MORAES, M. E. B. de. Análise do processo de ocupação do manguezal no bairro Teotônio Vilela – Ilhéus (Bahia). **Anais**. Simpósio Cidades Médias e Pequenas da Bahia, 2009. Disponível em: <<http://anais.uesb.br/index.php/ascmpa/article/view/3673>>. Acesso em: 24 jul. 2022.

ANDRADE, M. P.; ROCHA, L. B. **De Tabocas a Itabuna**: um estudo histórico-geográfico. Ilhéus: Editus, 2005.

AQUINO E SILVA, I.; ZORZO, F. A. Os portos e ‘a ponte’ na Baía de Todos os Santos: pontos e contrapontos do planejamento urbano regional. **Chão Urbano**, ano XVIII, n. 3, maio/jun. 2018.

BARBOSA, R. B. da S.; GOMES, R. L.; MORAES, M. E. B. de. Morro alto do amparo: análise de uma área de risco a escorregamento no município de Ilhéus – Bahia. **Anais**. Simpósio Cidades Médias e Pequenas da Bahia, 2009. Disponível em: <<http://anais.uesb.br/index.php/ascmpa/article/viewFile/3677/3362>>. Acesso em: 16 out. 2020.

BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil de 1988**. 1988.

Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 8 nov. 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006**. 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11428.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11428.htm)>. Acesso em: 8 nov. 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. 2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm)>. Acesso em: 8 nov. 2020.

CIGOLINI, A. A. **Território e criação de municípios no Brasil**: uma abordagem histórico-geográfica sobre a compartimentação do espaço. 2009. 210 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

COELHO SANTOS, T.; OLIVEIRA SANTOS, L. Diagnóstico ambiental e os conflitos socioambientais da zona costeira do município de Ilhéus – Bahia. **Meio Ambiente (Brasil)**, v. 3, n. 1, 2021.

COSTA, F. M. **Políticas públicas e atores sociais na evolução da cacauicultura baiana**. 2012. 271 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

DIVINO, C. E. V. A. **Elaboração de um catálogo de espécies de peixes com**

**ocorrência no estuário do rio Vazabarris, Sergipe.** 2015. 167 f. Monografia (Graduação em Engenharia de Pesca) – Departamento de Engenharia de Pesca e Aquicultura, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

DÓRIA NETO, R. T. **Reurbanização do bairro São Miguel**, Ilhéus-BA. 2017. 189 f. Monografia (Graduação em Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2017.

ESRI. **ArcGIS Hub.** 2021. Disponível em: <<https://hub.arcgis.com/search>>. Acesso em: 25 dez. 2021.

FERNANDES, A. T. de C. **História das cidades brasileiras.** São Paulo: Editora Melhoramentos, 2012.

FERREIRA SILVA, P.; BAITZ, E. de O. F. Análise de riscos e/ou acidentes na área urbana de Ilhéus-Bahia. **Anais.** XVII Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada, I Congresso Nacional de Geografia Física, Campinas-SP, 2017.

FIDELMAN, P. I. J. Impactos ambientais: manguezais da zona urbana de Ilhéus (Bahia, Brasil). **Anais.** VIII Congreso Latinoamericano Sobre Ciencias del Mar, Trujillo, Peru. Tomo II, p. 843-844, 1999a. Disponível em: <<http://pedrofidelman.com/pdf/Fidelman.1999.VIIICOLACMAR.pdf>>. Acesso em: 8 nov. 2020.

\_\_\_\_\_. Impactos causados por tensores de origem antrópica no sistema estuarino do rio Santana, Ilhéus, Bahia. **Anais.** XII Semana Nacional de Oceanografia, novembro de 1999, Rio de Janeiro-RJ, p. 405-407, 1999b. Disponível em: <<http://pedrofidelman.com/pdf/Fidelman.1999.XIISNO.pdf>>. Acesso em: 8 nov. 2020.

FRANCO, G. B. **Risco a escorregamento de encostas do sítio urbano de Ilhéus (BA) como contribuição ao planejamento urbano.** 2008. 171 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2008.

GOOGLE EARTH. **O globo terrestre mais detalhado do mundo.** 2022. Disponível em: <<https://www.google.com.br/intl/pt-BR/earth/>>. Acesso em: 24 jul. 2022.

IBGE CIDADES. **Ilhéus.** 2022. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/ilheus/panorama>>. Acesso em: 24 jul. 2022.

IBGE. **Regiões de influência das cidades:** 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

ILHÉUS. **Decreto n. 12, de 11 de março de 2022.** Disponível em: <<https://digital.arcadis.com.br/portal/ilheus/wp-content/uploads/2022/04/Decreto-do-Processo-Participativo-.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2022.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 3265, de 29 de novembro de 2006**. 2006. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/ba/i/ilheus/lei-ordinaria/2006/326/3265/lei-ordinaria-n-3265-2006-dispoe-sobre-o-plano-diretor-participativo-de-ilheus-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 8 nov. 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 3.746, de 09 de outubro de 2015**. 2015. Disponível em: <[https://www.ilheus.ba.gov.br/abrir\\_arquivo.aspx/Estudo\\_de\\_Impacto\\_Ambienta\\_I\\_3746\\_2015?cdLocal=5&arquivo=%7BD4D6D-EDBA-C234-B8BE-B1C1BABABA72%7D.pdf](https://www.ilheus.ba.gov.br/abrir_arquivo.aspx/Estudo_de_Impacto_Ambienta_I_3746_2015?cdLocal=5&arquivo=%7BD4D6D-EDBA-C234-B8BE-B1C1BABABA72%7D.pdf)>. Acesso em: 8 nov. 2020.

INEMA. **APA Lagoa Encantada e Rio Almada**. 2022. Disponível em: <<http://www.inema.ba.gov.br/gestao-2/unidades-de-conservacao/apa/apa-lagoa-encantada-e-rio-almada/>>. Acesso em: 24 jul. 2022.

LISBOA, G. J.; PIRES, M. de M. Avaliação da qualidade do saneamento básico na cidade de Itajuípe e seus impactos sobre o meio ambiente: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 4, n. 2, 2008.

LOURENÇO DA SILVA, A. Breve discussão sobre o conceito de cidade média. **Revista Geoinfó**, v. 5, n. 1, 2013.

MARTINS, P. T. de A. **Análise das interações antrópicas no manguezal do rio Cachoeira, Ilhéus, Bahia**. 2008. 85 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Núcleo de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2008.

\_\_\_\_\_. Os reflexos da crise da lavoura cacaueteira nos ecossistemas de manguezal do município de Ilhéus, Bahia. **Geografia**, v. 16, n. 1, jan./jun. 2007.

MARTINS, P. T. de A.; WANDERLEY, L. de L. Dinâmica de ocupação espacial de áreas contíguas (período 1987-2008) e sua relação com tensores de origem antrópica no manguezal do Rio Cachoeira, Ilhéus, Bahia. **Sociedade & Natureza**, v. 21, n. 2, ago. 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sn/a/gMPHqp58SLmLWrgzKggkSmb/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 25 jul. 2022.

MILTON SANTOS; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MOREIRA, G. L. O processo de (re)produção do espaço urbano e as transformações território-ambientais um estudo de caso. **Estudos Geográficos**: Revista Eletrônica de Geografia, v. 3, n. 2, 2005. Disponível em: <<https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/article/view/280>>. Acesso em: 24 jul. 2022.

MOREIRA, G. L.; TREVIZAN, S. D. P. O processo de (re)produção do espaço urbano e as transformações território-ambientais: um estudo de caso. **Estudos Geográficos**, v. 3 n. 2, dez. 2005.

NASCIMENTO, F. de A.; NUNES, V. V. Ocupação desordenada das áreas de

encostas e manguezais do bairro Princesa Isabel, de Ilhéus - BA. **Anais**. XVII Encontro Nacional de Geógrafos, Belo Horizonte, 22 a 28 de julho de 2012, UFMG.

NUNES, F. dos S.; MOREAU, A. M. S. dos S.; FONTES, E. de O. O processo de ocupação, riscos e degradação ambiental das encostas do município de Ilhéus. **Anais**. V Simpósio Nacional de Geomorfologia, I Encontro Sul-Americano de Geomorfologia, UFSM-RS, 2 a 7 ago. 2004.

OLIVEIRA, O. M. G. de. **A expansão urbana da cidade de Ilhéus – Bahia e a ocupação dos manguezais: o caso do bairro São Domingos**. 2008. 220 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental Urbana) – Escola Politécnica, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

ORLANDO, A.; CUNHA, R. **Plano municipal de conservação e recuperação da mata atlântica de Ilhéus - Bahia**. Salvador: Grupo Ambientalista da Bahia, 2012.

PINTO, N. T.; MOREIRA, J. L. Urban expansion and environmental problems: the case of Teotônio Vilela neighborhood, Ilhéus, Bahia. **Geopauta**, v6, 2022. Disponível em: <<https://periodicos2.uesb.br/index.php/geo/article/view/10067>>. Acesso em: 24 jul. 2022.

QUEIROZ, S. N. de; OJIMA, R.; CAMPOS, J.; FUSCO, W. Migração em cidades médias do interior nordestino: a atração migratória como elemento distintivo. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 22, 2020.

ROCHA, L. O. **Transformações na cidade de Barra do Choça/BA após a implantação da cafeicultura: uma análise da relação cidade-campo**. 2015. 141 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

SANTANA, S. O. de; RAMOS, J. V.; RUIZ, M. A. M.; ARAUJO, Q. R. de; ALMEIDA, H. A.; FARIA FILHO, A. F.; MENDONÇA, J. R.; CARDOSO SANTOS, L. F. **Zoneamento Agroecológico do Município de Ilhéus, Bahia, Brasil**. Ceplac/Cepec: Boletim Técnico, n. 186, 2003.

SEI-BA. **Arquivos Vetoriais** - Regionalizações por municípios. 2016.

Disponível em:

<[https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=category&id=1553&Itemid=101&limitstart=35](https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=category&id=1553&Itemid=101&limitstart=35)>. Acesso em: 25 dez. 2021.

SENA, M. de F. A. de; QUEIROZ, O. T. M. M. Impactos ambientais e socioculturais do turismo de segunda residência: o caso de Ponta da Tulha, Ilhéus, BA. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 6, n. 4, 2006.

TRINDADE, G. A. **Aglomeramento Itabuna Ilhéus: cidade, região e rede urbana**. 2011. 361 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Núcleo de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011.

VIDAL, E. F. Ocupação urbana em área de manguezal: estudo de caso do bairro Teotônio Vilela no município de Ilhéus-BA. **Revista Eletrônica de Gestão e Tecnologias Ambientais**, v. 2, n. 2, 2014.